

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 043, DE 03 DE OUTUBRO DE 2011.

“Veto ao Projeto de Lei nº 043, de 03 de outubro de 2011, proposto pelo Poder Legislativo, que altera o artigo 1º da Lei Municipal nº 1499, de 26 de junho de 2002.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que no uso das atribuições legais que me confere o artigo 52, § 1º, da Lei Orgânica do Município, **VETO TOTAL** o Projeto de Lei nº 043, de 03 de outubro de 2011, de origem do Poder Legislativo.

RAZÕES DO VETO

O Poder Legislativo do Município de Eldorado do Sul propôs o Projeto de Lei nº 043/2011, visando alterar o artigo 1º da Lei Municipal nº 1.499, de 26 de junho de 2002.

A Lei Municipal nº 1.499/02 teve seu prazo de vigência até 31/12/2004, tinha por escopo autorizar o Poder Executivo Municipal a proceder a mudanças dos móveis de famílias residentes no Município de Eldorado do Sul.

A atual lei que rege a matéria é a Lei Municipal nº 1.998, de 17 de fevereiro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 2.872, de 04 de abril de 2008.

Assim, constata-se, em um primeiro momento, que o referido projeto visa alterar lei que não tem mais eficácia no mundo jurídico, portanto, trata-se de proposta inconstitucional.

Também, constata-se que o aludido projeto pretende interferir na execução de serviços do Poder Executivo Municipal, no qual, conforme art. 59, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul, é de competência exclusiva do Prefeito planejar e promover a execução dos serviços municipais.

Por consequência, o Projeto em questão contraria o art. 2º da Constituição Federal e os arts. 8º e 10 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a matéria o Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já se pronunciou, senão vejamos:

ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI DO MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ. INSTITUIÇÃO NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ATIVIDADES DE PSICOMOTRICIDADE RELACIONAL. INICIATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES. VÍCIO FORMAL. MATÉRIA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. Deve ser declarada inconstitucional

a Lei Municipal n.º 2.961, de 14 de abril de 2010, de iniciativa da Câmara de Vereadores de Gravataí, que autoriza o Poder Executivo a instituir na rede pública municipal de ensino atividades de psicomotricidade relacional, implicando a necessidade de contratação de profissionais habilitados e compra de materiais diversos. Tal lei impõe atribuições à Secretaria Municipal da Educação, interferindo na organização e funcionamento da administração, matéria de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. **A inobservância das normas constitucionais de processo legislativo tem como consequência a inconstitucionalidade formal da lei impugnada, pois violados os princípios da simetria, da harmonia e independência entre os Poderes.** Ofensa aos arts. 8º, 10, 60, 82 da Constituição Estadual e 61 da Constituição Federal. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70037575198, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Orlando Heemann Júnior, Julgado em 04/07/2011)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE VIAMÃO. MATÉRIA ADMINISTRATIVA. CRIAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DE ACOMPANHAMENTO AOS PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO. **INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. VÍCIO FORMAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.** DESRESPEITO AOS ARTS. 60 E 82, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70038302667, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vicente Barrôco de Vasconcellos, Julgado em 13/12/2010)

Diante dos motivos expostos, o Poder Executivo Municipal apresenta as suas razões de veto ao Projeto de Lei nº 043/2011, uma vez que resta demonstrado ser este projeto é inconstitucional e contrário a Lei Orgânica do Município de Eldorado do Sul.

Dessa forma, para preservar a legalidade do processo legislativo e a harmonia e independência dos Poderes, e para evitar intervenção do Poder Judiciário, o Poder Executivo Municipal veta o Projeto de Lei nº 043, de 03 de outubro de 2011, de origem do Poder Legislativo, aprovado em Sessão Ordinária do dia 11/10/2011.

Eldorado do Sul, 14 de outubro de 2011.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal